

EXPRESSO	19. JAN 1980	AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	



# Optimismo excessivo

O GOVERNO não foi prudente ao apontar, como seus objectivos económicos prioritários, "a redução da inflação e o aumento do poder de compra".

De qualquer forma, o resultado das próximas eleições sempre seria, em boa parte, determinado pelas perspectivas de melhoria do nível de vida dos eleitores entretanto abertas. Mas, ao comprometer-se formalmente a travar a alta dos preços (indicando a meta dos 20 por cento, contra os 24 por cento actuais) e a pôr mais dinheiro no bolso dos portugueses, o Governo toma como seus, conferindo-lhes dignidade decisiva, os critérios com que muitos eleitores se dispõem espontaneamente a julgá-lo. Acresce que, ao contrário do que se via antes, por exemplo, com a redução do défice externo, a concretização (ou não) destes objectivos é controlada no dia-a-dia das pessoas.

Ora, multiplicam-se as dúvidas quanto à possibilidade de o Governo cumprir o prometido no escasso tempo de que dispõe. A próxima subida do preço dos combustíveis é inevitável, afectando porventura mais fortemente os produtos que estão mais abaixo dos preços internacionais (como o gasóleo e, sobretudo, o "fuel"), mas cujo encarecimento se irá repercutir em inúmeras actividades.

Mesmo com esta subida, e devido à conhecida descapitalização do Fundo de Abastecimento, terá de ser apreciável o aumento dos preços dos produtos do até aqui chamado Cabaz das Compras — isto sem falar na dificuldade de, sem um ano agrícola excepcional (que não se prevê), atenuar significativamente a ineficácia e a especulação características dos circuitos comerciais.

Claro que, em contrapartida, se propõe uma diminuição dos impostos profissional e complementar (que não poderá ser apenas simbólica, sob pena de frustrar expectativas alimentadas desde há meses). E também se vai acelerar o processo das indemnizações, facilitando a sua mobilização para investimento. Só que tudo isso pode traduzir-se em novo alargamento do défice dos dinheiros do Estado (acabando por estimular a inflação que se prometera diminuir) e um retrocesso em matéria de desequilíbrio externo. Alguns, mais cínicos, dirão que estes efeitos só serão sentidos após as eleições — mas é arriscado jogar na distração ou na ignorância dos eleitores aos quais foram feitas promessas muito concretas.

A melhoria da produtividade é, teoricamente, a saída para esta situação difícil. O Governo insiste muito na necessidade de as empresas públicas não repercutirem sobre o consumidor a totalidade dos aumentos dos custos de produção e promete não deixar desviar para a cobertura de défices de exploração as dotações orçamentais destinadas a aumentos de capital estatutário; mas não se abrem perspectivas de através desses aumentos, acabar de vez com a presente descapitalização de muitas empresas públicas, reflectida num agravamento anormal de encargos financeiros que o consumidor acaba por pagar.

O grande esforço de produtividade deve realizar-se, porém, ao nível da própria Administração Pública, a começar pela Administração Fiscal, da qual se espera a redução dos actuais níveis alarmantes de fuga aos impostos. São os serviços públicos, desorganizados e mal pagos, o principal sorvedouro dos dinheiros do Estado. Será o Governo capaz de, em nove meses, revellar uma tal capacidade administrativa que permita obter, neste campo, ganhos significativos? A dúvida é legítima.

Assim, teria sido mais razoável prever apenas a criação de condições que, sem ainda se traduzirem necessariamente numa melhoria do nível de vida, fundamentassem a convicção de que para essa melhoria se caminhava. O Governo, porém, foi mais longe e prometeu que, atenuada a inflação, os portugueses veriam nos próximos meses aumentar o seu poder de compra. O que me parece optimismo excessivo e, pode ser politicamente, um erro.

dar o Futuro